

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE CULTIVAR E LEI DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES NOS PERIÓDICOS CAPES

Rita de Cassia Feroni, Elson Silva Galvão

O aumento populacional e a conseqüente demanda por alimentos, induzem a necessidade de novas variedades de plantas como ferramenta de aprimoramento de cultivos mais produtivos, ao mesmo tempo que se revela a necessidade de proteção legal, uma vez que a regulamentação proporciona sustentabilidade e fortalece o crescimento agrícola (SILVA, SILVA-MANN e CALAZANS, 2021). Como membro da Organização Mundial do Comércio, o Brasil adotou as disposições do acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio, na qual aborda a proteção das variedades vegetais pelo sistema de patentes ou por um sistema *sui generis* (BOFF, 2018). Em relação à União para a Proteção de Obtenções Vegetais, vigoram dois tratados, a Ata de 1978 e a Ata de 1991. O Brasil aderiu à primeira Ata e optou pela proteção *sui generis* por meio de uma legislação específica voltada à proteção da propriedade intelectual sobre cultivares (BOFF, 2018). A Lei nº 9.456/1997 (BRASIL, 1997), institui no Brasil, a Lei de Proteção de Cultivares e considera cultivar como “a variedade de qualquer gênero ou espécie vegetal superior que seja claramente distinguível de outras cultivares conhecidas por margem mínima de descritores, por sua denominação própria, que seja homogênea e estável quanto aos descritores através de gerações sucessivas e seja de espécie passível de uso pelo complexo agroflorestral, descrita em publicação especializada disponível e acessível ao público, bem como a linhagem componente de híbridos”. O desenvolvimento de um novo cultivar é resultado de anos de investimentos em pesquisas e melhoramento genético vegetal, envolvendo a colaboração de pesquisadores, instituições públicas e privadas (RODRIGUES, MOURA e GABRIEL JUNIOR, 2019). Neste contexto, o objetivo do presente trabalho é analisar a produção científica sobre o tema cultivar e a lei de proteção de cultivares no Portal de Periódicos Capes, por meio de análise bibliométrica. Os seguintes termos foram utilizados na pesquisa: em um primeiro momento apenas o termo “cultivar” e em um segundo momento os termos “cultivar” e “Lei de Proteção de Cultivares” em conjunto. Na opção busca avançada (tipo de material) foi selecionada a opção artigos. A busca foi realizada no dia 15 de fevereiro de 2023 e retornou no primeiro momento 261.076 artigos, compreendidos entre 1911 e 2024. Em relação ao assunto, o termo “ciência e tecnologia” foi o mais citado, seguido por “ciência da vida e biomedicina”, e “agricultura”. A base de dados que apresenta a maior quantidade de artigos indexados é a Science Citation Index Expanded (Web of Science) (46,4%), seguida pela DOAJ Directory of Open Access Journals (36,9%) e em terceiro a Gale Academic OneFile (20,3%). Em relação aos periódicos, Crop Science (3,5%), Hortscience (3,2%) e Acta Horticulturae (2,4%), foram os mais citados. Devido a características desses periódicos, 89,2% dos artigos estão em inglês, sendo o segundo idioma mais citado o português com 7,6%. Em uma segunda busca, com os termos “cultivar”

e “a Lei de Proteção de Cultivares”, foram encontrados 20 artigos no intervalo de 2007 a 2020, dos quais 30% foram publicados em 2007. Três bases de dados com artigos indexados foram encontradas, sendo elas: DOAJ Directory of Open Access Journals (63,6%), SciELO Brazil (40,9) e Science Citation Index Expanded (Web of Science) (4,6%). Ciência e Agrotecnologia (13,6%) e Revista Brasileira de Inovação (13,6%) foram os periódicos com o maior número de artigos sobre o tema. Analisando os dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (Brasil, 2023), observou-se 39.037 cadastros nacionais de cultivares registradas no período entre 1998 e 2022. Do total de registros, 48% estão compreendidos no período de 2007 a 2022, ou seja, 18.718 cadastros, o que poderia contribuir com as produções científicas a respeito do tema.

Palavras-chave: Cultivar, Lei de Proteção de Cultivares

Referências Bibliográficas:

BOFF, Salete Oro. Legal Protection of Cultivars in UPOV, TRIPs and Limits in Brazilian Legislation: the Embatement between Public and Private Interest. Anuario Mexicano de Derecho Internacional, v. 19, p. 433-456, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9456.htm. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Cultivares ou Espécies Registradas. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

RODRIGUES, Elisângela da Silva; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de; GABRIEL JUNIOR, Rene Faustino. Análise da produção científica sobre cultivar indexada na base Scopus. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (20.: 2019 out. 21-25: Florianópolis, SC). Anais [recurso eletrônico]. Florianópolis: ANCIB 2019, 2019.

SILVA, Eduardo José de Souza; SILVA-MANN, Renata; CALAZANS, Crislaine Costa. Royalties para cultivares, legislação e regulação: Uma meta-análise. Research, Society and Development, v. 10, n. 4, p. e31710414231-e31710414231, 2021.